

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, do Banco Alvorada S.A. ("Banco Alvorada"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2017, registramos o pagamento aos acionistas de dividendos nos montantes de R\$ 402,2 milhões e R\$ 597,8 milhões, deliberados conforme Ata da Reunião da Diretoria de 3 de março de 2017 e da AGO de 20 de

abril de 2017, respectivamente.

No semestre, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 943 milhões, correspondente a R\$ 4.518,21 por ação. Patrimônio Líquido de R\$ 21,199 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 9,09% sobre o Patrimônio Líquido médio do período.

Salvador, BA, 26 de julho de 2017.
Diretoria

Balanco Patrimonial em 30 de junho - Em Reais mil

	2017	2016		2017	2016
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	5.706.932	8.178.962	CIRCULANTE	875.900	922.359
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	2	DEPÓSITOS (Nota 11a)	636.416	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	159.317	73.837	Depósitos interfinanceiros	636.416	-
Aplicações no Mercado Aberto	57.530	73.837	OUTRAS OBRIGAÇÕES	239.484	922.359
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	101.787	-	Socias e Estatutárias (Nota 14c)	223.992	886.008
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	173	14.918
DERIVATIVOS (Nota 6a)	331.400	335.800	Diversas (Nota 13b)	15.319	19.433
Carteira Própria	381	436			
Vinculados à Prestação de Garantias	331.019	335.364	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	207.022	205.471
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	55	(63)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	207.022	205.471
Operações de Arrendamentos a Receber:			Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	32.915	18.227
- Setor Privado	401	561	Diversas (Nota 13b)	174.107	187.244
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(306)	(551)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(40)	(73)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.198.651	19.789.341
OUTROS CRÉDITOS	5.216.136	7.769.343	Capital:		
Rendas a Receber (Nota 8a)	5.123.813	7.705.840	- De Domiciliados no País (Nota 14a)	11.176.393	11.176.393
Diversos (Nota 8b)	92.358	63.533	Reservas de Lucros (Nota 14b)	10.019.312	8.608.205
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(35)	(30)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.946	4.743
OUTROS VALORES E BENS	22	43			
Outros Valores e Bens	288	239			
Provisões para Desvalorizações	(266)	(196)	TOTAL	22.281.573	20.917.171
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	908.935	827.598			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	-	-			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	-	22			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	(22)			
OUTROS CRÉDITOS	908.935	827.598			
Rendas a Receber (Nota 8a)	-	85			
Diversos (Nota 8b)	909.026	827.631			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(91)	(118)			
PERMANENTE	15.665.706	11.910.611			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	15.658.593	11.891.181			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	15.649.685	11.882.273			
Outros Investimentos	36.565	36.565			
Provisões para Perdas	(27.657)	(27.657)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10)	7.113	19.430			
Bens Arrendados	35.409	100.254			
Depreciação Acumulada	(28.296)	(80.824)			
TOTAL	22.281.573	20.917.171			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Acumulado em 30 de junho - Em Reais mil

	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	32.554	36.934
Operações de Créditos (Nota 7e e g)	1.504	2.781
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	5.568	9.490
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	25.482	24.663
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	40.707	9.463
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	35.158	37
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	5.519	9.406
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	(40)	20
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.153)	27.471
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	952.882	1.299.393
Despesas de Pessoal (Nota 15)	-	(457)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(2.937)	(6.115)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(399)	(2.315)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	934.150	1.299.926
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	29.918	29.235
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(7.850)	(20.881)
RESULTADO OPERACIONAL	944.729	1.326.864
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	964	1.587
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	945.693	1.328.451
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 23a e b)	(2.571)	(9.612)
Provisão para Imposto de Renda	(3.022)	(10.122)
Provisão para Contribuição Social	(1.878)	(7.121)
Ativo Fiscal Diferido	2.329	7.631
LUCRO LÍQUIDO	943.122	1.318.839
Número de ações (Nota 14a)	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$	4.518,21	6.318,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulados em 30 de junho - Em Reais mil

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	945.693	1.328.451
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(922.878)	(1.271.250)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	30	20
Depreciações	18	19
Reversão de Provisão para Perdas de Ativos	-	(333)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(934.150)	(1.299.926)
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.336	12.588
Insuficiência de Depreciação	5.493	9.370
Outras Provisões	3.395	7.012
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	22.815	57.201
Redução/(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(101.787)	73.941
Aumento em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(34.462)	(80.584)
Redução em Relações Interdependências	15	-
Redução/(Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil	(95)	35
Aumento em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(26.297)	(13.088)
Aumento em Depósitos	35.158	-
Redução em Outras Obrigações	(7.283)	(18.599)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.125)	(8.067)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(120.061)	10.639
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Redução em Títulos Disponíveis para Venda	14	11
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	1.019.683	20.190
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	1.019.697	20.201
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(1.000.000)	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(1.000.000)	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(100.364)	31.040
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	157.896	42.799
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	57.532	73.839
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(100.364)	31.040

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

Eventos	Capital Social			Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial			Totais
	Realizado	Legal	Estatutária	Próprias	Controladas e Acumuladas	Lucros	Próprias	Controladas e Acumuladas		
Saldos em 31.12.2015	11.176.393	1.059.036	6.543.555	48	(8.016)	-	48	(8.016)	-	18.771.016
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(16)	12.727	-	12.727	-	12.711
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.318.839	-	1.318.839	-	1.318.839
Destinações - Reservas:	-	65.942	939.672	-	-	(1.005.614)	-	-	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(313.225)	(313.225)
Saldos em 30.6.2016	11.176.393	1.124.978	7.483.227	32	4.711	-	32	4.711	-	19.789.341
Saldos em 31.12.2016	11.176.393	1.197.416	8.504.963	18	(23.102)	-	18	(23.102)	-	20.655.688
Dividendos Pagos	-	-	(402.197)	-	-	-	-	-	-	(402.197)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(19)	26.049	-	26.049	-	26.030
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	943.122	-	943.122	-	943.122
Destinações - Reservas:	-	47.156	671.974	-	-	(719.130)	-	-	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(223.992)	(223.992)
Saldos em 30.6.2017	11.176.393	1.244.572	8.774.740	(1)	2.947	-	(1)	2.947	-	21.198.651

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

- 1) CONTEXTO OPERACIONAL**
O Banco Alvorada S.A. ("Banco Alvorada" ou "Instituição") é uma instituição financeira, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio, arrendamento mercantil e participações em outras sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e as demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
- 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.
- 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
 - a) Moeda funcional e de apresentação**
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
 - b) Apuração do resultado**
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.
 - c) Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
 - d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
 - e) Títulos e valores mobiliários**
Títulos e valores mobiliários são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

continua...

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento...

f) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Table with 2 columns: Período de atraso (1) and Classificação do cliente. Rows include 15 a 30 dias, 31 a 60 dias, 61 a 90 dias, 91 a 120 dias, 121 a 150 dias, 151 a 180 dias, superior a 180 dias.

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme definido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

i) Arrendamentos a receber. Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG). Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retilificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear...

iii) Imobilizado de arrendamento. É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem...

iv) Perdas em arrendamentos. Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens...

v) Superveniência/insuficiência de depreciação. Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação.

vi) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo). Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre base negativa de contribuição social e faculdades tributárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos"...

vii) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS. Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

Table showing financial derivatives with columns for 1 a 30 dias, 31 a 60 dias, 61 a 90 dias, 91 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, Valor de mercado/contábil (1), Valor de custo atualizado, Marcação a mercado, Valor de mercado/contábil (1), and Marcação a mercado.

viii) 7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA. Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

Table for operations with columns for 1 a 30 dias, 31 a 60 dias, 61 a 90 dias, 91 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, 2017 (A), 2016 (A), 2017 (B), and 2016 (B).

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

h) Investimentos. Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment). Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

j) Depósitos e captações no mercado aberto. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideramos, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos...

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração.

l) Outros ativos e passivos. Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Table for CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA with columns for 2017 and 2016, and rows for Disponibilidades em moeda nacional, Total de disponibilidades (caixa), and Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).

m) Eventos subsequentes. Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

Table for APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ with columns for 2017 and 2016, and rows for Aplicações no mercado aberto, Letras do tesouro nacional, and Total em 2016.

Table for Rendas de aplicações em operações comprometidas with columns for 2017 and 2016, and rows for Posição bancada, Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros, and Total (Nota 6b).

Table for Rendas de renda fixa with columns for 2017 and 2016, and rows for Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b), Títulos de renda variável, and Total.

Table for Instrumentos financeiros derivativos with columns for 2017 and 2016, and rows for Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b), Títulos de renda variável, and Total.

Table for Curso normal with columns for 1 a 30 dias, 31 a 60 dias, 61 a 90 dias, 91 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, 2017 (A), 2016 (A), 2017 (B), and 2016 (B).

Table for Curso anormal with columns for 1 a 30 dias, 31 a 60 dias, 61 a 90 dias, 91 a 180 dias, 181 a 360 dias, 2017 (B), 2016 (B), and Total.

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84
Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Operações de crédito	Curso anual						Parcelas vencidas		Total geral (A+B+C)					
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		61 a 90 dias		91 a 180 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	%	2017	%	2017	%	2017	%	2017	%	2017	%	2016	%
Arrendamento mercantil	45	-	45	-	44	-	125	-	-	-	259	100,00	50	100,00
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2017	45	-	45	-	44	-	125	-	-	-	259	100,00	50	100,00
Total em 2016	2	-	12	-	36	-	-	-	-	-	50	100,00	15.413	100,00

(1) Corresponde a devedores por compra de valores e bens.

b) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

Maior devedor	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2017	% (1)	2016	% (1)
Díz maiores devedores	12.597	96,95	14.821	96,16
	12.993	100,00	15.413	100,00

(1) Em relação ao total da carteira - critério BACEN.

c) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2017	%	2016	%
Serviços	12.993	100,00	15.413	100,00
Pessoas físicas	12.993	100,00	15.404	99,94
	-	-	9	0,06
Total	12.993	100,00	15.413	100,00

d) Composição das operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão				Percentual mínimo requerido
	Normal	Anormal	Total	%	Genérica	Específica	2017	2016	
	AA	-	-	-	-	-	-	-	
A	-	-	-	-	-	-	126	148	1,00
B	12.597	-	12.597	96,95	126	-	-	-	3,00
C	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	12.597	-	12.597	96,95	126	-	126	148	
D	-	396	396	3,05	-	-	40	40	10,00
E	-	-	-	-	-	-	-	-	30,00
F	-	-	-	-	-	-	-	-	50,00
G	-	-	-	-	-	-	-	-	70,00
H	-	-	-	-	-	-	40	40	73
	-	396	396	3,05	-	-	40	40	73
Subtotal	-	396	396	3,05	-	-	40	40	73
Total em 2017	12.597	396	12.993	100,00	126	40	166	100,00	
%	96,95	3,05	100,00		75,90	24,10	100,00		
Total em 2016	15.340	73	15.413	100,00	148	73	221	100,00	
%	99,53	0,47	100,00		66,97	33,03	100,00		

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Refere-se, substancialmente, a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, no montante de R\$ 5.123.681 mil (2016 - R\$ 7.705.840 mil).

b) Diversos

Devedores por depósitos em garantia	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Pagamentos a ressarcir	397.691	458.933
Créditos tributários (Nota 23c)	201.602	184.863
Impostos e contribuições a compensar	170.192	170.101
Devedores diversos	114.637	62.064
Devedores por compra de valores e bens	104.905	33
Outros	12.597	14.821
Total	1.001.384	891.164

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital (4)	Lucro líquido/prejuízo ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
						2017	2016	2017	2016
						Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	8.650.772	14.046.606	-
Caeté Holdings Ltda. (1)	-	-	-	-	877.870	-	22.826	133.000	
Gaéant Corretora de Seguros Ltda.	274.550	365.156	41.998	100,000000	12.829	365.156	337.509	13.758	
Miramar Holdings S.A.	167.000	293.406	766	100,000000	13.183	293.406	271.241	13.183	
Banêl Corretora de Seguros S.A.	5.900	12.256	660	100,000000	579	12.256	11.512	579	
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	660	1.265	127	99,998200	33	1.265	805	33	
Acaré Holdings Ltda.	135	198	127	93,948934	5	186	180	5	
Sarel Participações em Imóveis S.A.	476.000	2.080.507	5.470	37,878799	69.891	805.557	746.042	26.474	
Marsella Holdings Ltda.	344.800	665.366	27.927	8,099485	26.182	53.891	56.248	2.121	
Embassa Holdings Ltda.	398.000	573.379	11.023	3,381292	114.021	19.354	14.759	3.855	
Manacás Holdings Ltda.	28.652	37.511	11.107	38,764987	803	14.541	13.862	311	
Tempo Serviços Ltda.	1.575.116	2.950.991	7.795	0,494861	132.669	14.603	13.182	657	
Tecnologia Bancária S.A. (2)	374.500	435.276	104.390	2,779973	30.132	12.101	-	838	
Japira Holdings S.A.	896.314	1.761.044	5.924	0,542809	63.456	9.559	-	344	
Rubi Holdings Ltda. (3)	-	-	-	-	-	9.523.599	-	1.099.083	
Outras empresas	-	-	-	-	-	1.204	15.364	417	
TOTAL DE INVESTIMENTOS	-	-	-	-	15.649.685	11.882.273	934.150	1.299.926	

(1) Investimento teve redução de capital social em 31.3.2016 e, na mesma data, a Instituição adquiriu o restante das participações detidas pelos outros colistas; e em 24.2.2017 foi incorporado pela Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.
(2) Investimento passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial em outubro/2016 devido a aquisição societária do Kiron Bank S.A. - Banco Múltiplo (ex-HSBC Bank Brasil) pela Organização Bradesco;
(3) Investimento teve redução de capital social em 31.3.2016 e, na mesma data, a Instituição adquiriu o restante da participação detida pelo outro colista e em 31.12.2016 foi incorporado pela Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.; e
(4) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

b) Composição de outros investimentos

Ações e cotas	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Investimentos por incentivos fiscais	14.020	14.020
Títulos patrimoniais	77	77
Outros investimentos	8.147	8.147
Subtotal	36.565	36.565
Provisão para perdas	(27.657)	(27.657)
Total	8.908	8.908

10) IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

Imobilizado de arrendamento:	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Veículos e afins	35.386	100.203
Perdas em arrendamentos (líquidas)	23	51
Subtotal de bens arrendados	35.409	100.254
Depreciação acumulada de bens arrendados	(35.383)	(100.192)
Superveniência de depreciação (Nota 3f-V)	7.087	19.368
Subtotal da depreciação acumulada	(28.296)	(80.824)
Total Imobilizado de arrendamento	7.113	19.430

11) DEPÓSITOS

a) Depósitos

Depósitos interfinanceiros	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
	636.416	636.416
Total em 2017	636.416	636.416
Total em 2016	-	-

b) Despesas com depósitos

Depósitos interfinanceiros	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
	35.158	37
Total	35.158	37

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo inicial	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão (Reversão) de provisão	136	206
Baixas para prejuízo	-	(5)
Saldo final	166	221
- Provisão específica (1)	40	73
- Provisão genérica (2)	126	148
Recuperação de créditos baixados com prejuízo (3)	1.504	2.781

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e
(3) Classificada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

f) Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não cancelamento e opção de compra.

I - Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

Arrendamentos financeiros a receber	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
(+) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	401	583
(-) Bens arrendados financeiros - perdas em arrendamentos (líquidas)	(306)	(573)
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros	(28.296)	(80.824)
Depreciação acumulada	(35.383)	(100.192)
Superveniência de depreciação	7.087	19.368
(+) Valor residual garantido antecipado (Nota 13b)	(6.612)	(18.848)
Total do valor presente	396	592
g) Resultado de operações de arrendamento mercantil e de outros créditos com características de concessão de crédito		
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 7e)	1.504	2.781
Arrendamento mercantil	49	84
Total	1.553	2.865

A Instituição não teve operações renegociadas nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

O Banco Alvorada vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

Saldo no início do 1º semestre de 2017	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
	2.667	27.923	135.961
Atualização de provisões	122	1.692	2.296
Constituições líquidas de reversões e baixas	(836)	(936)	-
Pagamentos	(10)	-	-
Baixas por transferências	-	(5.763)	-
Saldo no final do 1º semestre de 2017 (Nota 13)	1.943	22.914	138.257
Saldo no final do 1º semestre de 2016 (Nota 13)	2.743	21.300	190.959

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 33.870.163/0001-84
 Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Alvorada são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
 A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que o Banco Alvorada figura como "autora" ou "réu", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetuada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuação Fiscal lavrada pela Prefeitura de Salvador por suposta falta de recolhimento de ISS sobre operações de leasing para o período de dezembro/2008 a dezembro/2012, no montante de R\$ 857.343 mil (2016 - R\$ 551.398 mil); b) Autuação de CSL, anos calendário 2011 e 2012, relativo à grossa de compensação de parte do prejuízo fiscal de 2009 no montante de R\$ 447.604 mil; c) Autuação de IRPJ, anos calendário 2011 e 2012, relativo suposta falta de adição na base de cálculo da CSL de despesas de depreciação no montante de R\$ 243.627 mil; e d) Autuação em virtude do IRPJ dos anos calendário de 2008 e 2009 sobre a supostas exclusões não autorizadas na apuração do lucro real em relação de superveniência de depreciação, de despesas e receitas operacionais relacionadas, no montante de R\$ 225.841 mil (2016 - R\$ 208.640 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 23c)	32.915	23.985
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	146	8.778
Impostos e contribuições a recolher	27	382
Total	33.088	33.145

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões para contingências fiscais (Nota 12b - IV) (1)	138.257	150.959
Provisões civis (Nota 12b - IV)	22.914	21.300
Obrigações por aquisição de bens e direitos	6.859	6.676
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7 - f)	6.812	18.848
Credores diversos - país	6.370	6.372
Outras contingências	5.968	-
Provisões trabalhistas (Nota 12b - IV)	1.943	2.743
Provisão para pagamento a efetuar	303	379
Total	189.426	206.677

(1) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 11.176.393 mil (2016 - R\$ 11.176.393 mil), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 208.738 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros	10.019.312	8.608.205
- Reserva legal (1)	1.244.572	1.124.978
- Reserva estatutária (2) (3)	8.774.740	7.483.227

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social registrado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) (Reduções) Incrementos no período de 30.6.2016 a 30.6.2017:

(a) R\$ 1.021.736 mil, correspondentes à distribuição do resultado apurado no 2º semestre de 2016;

(b) R\$ 1402.197 mil destinados para pagamento de dividendos aos acionistas, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 3.3.2017; e

(c) R\$ 871.974 mil, correspondentes à distribuição do resultado apurado no 1º semestre de 2017.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
 Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido do período	943.122	1.318.839
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(47.156)	(65.942)
Base de cálculo ajustada	895.966	1.252.897
Dividendos propostos	223.992	313.329
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25%	25%
Valor em Reais por ação	1.073,08	1.500,56

15) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões trabalhistas	-	424
Encargos sociais	-	33
Total	-	457

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços técnicos especializados	2.301	4.331
Propaganda, promoções e publicidade	324	324
Serviços do sistema financeiro	38	386
Serviços de terceiros	7	105
Transporte	2	3
Outras	265	842
Total	2.937	6.115

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e taxas	307	355
Contribuição à Cofins	76	1.516
Contribuição ao PIS	12	247
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	4	197
Total	399	2.315

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Outras receitas financeiras	23.847	24.630
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos/a receber	4.783	3.376
Reversão de provisões operacionais (1)	1.288	545
Outras	-	684
Total	29.918	29.235

(1) Em 2017, refere-se à reversão de provisão de processos trabalhistas.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Outras provisões operacionais (1)	3.395	6.888
Outras despesas financeiras	2.659	3.323
Provisões civis	754	9.941
Provisões trabalhistas	574	-
Despesas gerais	247	358
Indenizações pagas	15	-
Outras	206	571
Total	7.860	20.881

(1) Refere-se a pagamentos de causas (processos civis e trabalhistas) realizadas pelo Banco Alvorada, a serem ressarcidas pelo ex-contratador do Banco Banabê S.A.

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado da alienação e baixa de valores, bens e investimentos	964	1.239
Reversão de provisões não operacionais	-	348
Total	964	1.587

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador		Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Despesas de intermediação financeira	57.530	73.837	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	101.787	-	-	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber	-	-	5.123.681	7.705.840
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	(636.416)	-	-	-
Dividendos a pagar	(223.990)	(888.004)	-	-

	Controlador		Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Recitas de intermediação financeira	8.457	7.207	-	-
Despesas de intermediação financeira	(35.158)	(37)	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	(1)	(1)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados: • o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para ser aplicado ao pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscal e semelhante, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Alvorada (sucessor por cisão do Banco Banabê S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Banabê de Seguridade Social - Bases (relativos aos empregados do Banabê). As obrigações atuais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (fundo públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis).

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	945.693	1.328.451
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(425.562)	(597.803)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	420.367	584.967
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	1.933	1.375
Outros valores (2)	691	691
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(2.571)	(9.612)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.900)	(17.243)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no semestre, sobre adições temporárias	2.234	7.759
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	95	(128)
Total dos impostos diferidos	2.329	7.631
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(2.571)	(9.612)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.033	16	4	18.045
Provisões civis	8.648	301	-	8.947
Provisões fiscais	48.691	497	-	49.088
Provisões trabalhistas	98	230	98	230
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	10.907	-	-	10.907
Ágio amortizado	8.720	-	-	8.720
Provisão sobre valores a ressarcir	63.021	1.358	-	64.379
Outras provisões	9.847	245	311	9.781
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	167.863	2.647	413	170.997
Base negativa de contribuição social	-	-	-	95
Total dos créditos tributários (Nota 8b)	167.863	2.742	413	170.192
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a)	29.230	3.685	-	32.915
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	138.633	(943)	413	137.277

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017	23.277	14.010	37.287
2018	30.233	19.320	49.553
2019	30.183	19.263	49.446
2020	14.766	9.141	23.907
2021	5.871	4.078	9.949
2022 (1º sem.)	31	19	50
Total	104.361	65.831	170.192

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 161.512 mil (2016 - R\$ 158.827 mil) sendo R\$ 161.422 mil (2016 - R\$ 158.827 mil) de diferenças temporárias e R\$ 90 mil de base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários do Banco Alvorada foram devidamente atizados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 32.915 mil (2016 - R\$ 23.985 mil) relativas a superveniência de depreciação R\$ 1.772 mil (2016 - R\$ 4.842 mil), ao ajuste a valor do mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos de R\$ 22 mil em 2016 e a atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 31.143 mil (2016 - R\$ 19.121 mil).

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro das bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da Instituição estão seguros por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

b) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduziu a um constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.
A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.
O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.
O Banco Alvorada, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, o gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.
c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.364/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração de Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento-Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

A Diretoria

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP2025670-8 S - BA

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e aos Administradores do Banco Alvorada S.A.
Salvador - Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alvorada S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar contabilização, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 16 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP0285670-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP2140070-2

BRASIL

Contran antecipa implantação da carteira de motorista eletrônica

TECNOLOGIA O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) decidiu antecipar a implantação da Carteira Nacional de Habilitação Eletrônica (CNH-e) e estabeleceu que os órgãos estaduais (Detrans) devem oferecer o novo sistema a partir de 1º de fevereiro de 2018. Os departamentos de Trânsito estaduais podem começar a testar a emissão do documento digital, que será opcional, uma vez que a habilitação impressa continuará a ser emitida. Para o usuário, o app estará disponível na Apple Store e na Google Play Store no ano que vem. O app permitirá aos motoristas terem acesso ao arquivo digital da CNH por meio de seus próprios telefones celulares. O documento digital terá a mesma validade da habilitação física, que continuará valendo para quem solicitar. Com a nova tecnologia, os agentes de trânsito poderão checar os dados dos documentos pelo mesmo aplicativo. Assim, o condutor que tiver aderido ao modelo digital poderá apresentá-lo a qual-

quer autoridade de trânsito, evitando multas, caso tenha esquecido ou perdido o documento impresso. Um projeto-piloto funcionará em setembro, em Goiás. O estado vai disponibilizar a CNH-e para os motoristas que solicitarem permissão provisória, renovação e segunda via.

ENTENDA COMO A CNH-E VAI FUNCIONAR

Quem pode tirar? A CNH-e só pode ser emitida para quem já tem a CNH com QR Code.

Como fazer? Após baixar o app, o motorista precisa de certificado digital, cadastro e criar login. No primeiro acesso, será criado um código de segurança.

É pago? A cobrança ficará a cargo dos Detrans.

É seguro? O sistema será criptografado e acessado com senha. A CNH também ficará acessível, mesmo se o celular ficar sem acesso à internet.

Pesquisa: 4,1 milhões de brasileiros entraram na faixa de pobreza

CRISE ECONÔMICA Um relatório publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), na segunda-feira (14), e divulgado ontem, mostra que o percentual de pessoas pobres no Brasil cresceu a partir de 2015. O estudo revela que 4,1 milhões de brasileiros entraram para a faixa de pobreza, sendo que, desse total, 1,4 milhão agora estão na faixa de extrema pobreza. Segundo as conclusões do estudo, a crise econômica no país - e o consequente aumento do desemprego - foi o principal fator do empobrecimento de parte da população. O relatório foi feito em conjunto com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a Fundação João Pinheiro, e levou em conta dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Ainda segundo a pesquisa, a parcela da população considerada pobre estava em queda no país desde 2011, quando o índice era de 12,41% da população. Em 2014, o percentual de

pobres era de 8,10%, mas voltou a crescer em 2015, alcançando 9,96% dos brasileiros. No mesmo período, o percentual dos considerados extremamente pobres subiu de 3,01% para 3,63%. Entre 2014 e 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 3,8%, registrando o pior desempenho da economia em 25 anos. Para a análise, foram

consideradas famílias na faixa de pobreza, aquelas cuja renda per capita era menor que R\$ 127,50, em agosto de 2010, data do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PNAD leva em conta os dados do censo. Esse valor, por sua vez, equivalia a um quarto do salário mínimo da época, que era de R\$ 510. Já a faixa de extrema pobreza contemplava todos aqueles com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70, em 2010. O estudo revelou ainda crescimento no percentual de brasileiros vulneráveis à pobreza, ou seja, aquelas pessoas que tinham renda per capita inferior à metade do mínimo no período pesquisado. Esse percentual cresceu de 22,1%, em 2014, para 24,3%, em 2015. A renda média por pessoa no Brasil também apresentou o mesmo comportamento de queda no período analisado, indo de R\$ 803,36 para R\$ 746,84. Essa foi a primeira queda desde 2011.

EMPOBRECIMENTO

4,1 milhões de brasileiros entraram na faixa de pobreza em 2015 por conta da crise

1,4 milhão de pessoas estão na faixa de extrema pobreza no país, segundo o Ipea

Republicanos criticam fala de Trump

CHARLOTTESVILLE O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi duramente criticado ontem, inclusive por importantes representantes do partido Republicano, por seu discurso ambíguo em relação aos conflitos em Charlottesville, na Virgínia, onde um neonazista atropelou diversas pessoas que protestavam contra o racismo, matando a militante Heather Heyer, no último final de semana. Anteontem, Trump teria voltado atrás e minimizado o incidente, culpando "os dois lados" pela violência dos protestos. Antes, o presidente até havia declarado que "racistas eram repulsivos". Mas, no seu Twitter, voltou a enfatizar a responsabilidade da esquerda que teria "atacado" os neonazistas. O presidente da Câmara dos Representantes e terceira autoridade do país, Paul Ryan, criticou a "ambiguidade moral" do presidente. As críticas também vieram do Senado, com o veterano e ex-candidato presidencial John McCain, que rejeitou colocar neonazistas e antifascistas no mesmo saco, "assim como faz Trump". Seguindo a mesma linha, o governador de Ohio e ex-rival de Trump nas pri-



Homenagem à Heather Heyer, militante morta por neonazista

márias republicanas, John Kasich, disse que não há equivalência possível entre os dois grupos. As palavras de Trump, no entanto, foram bem recebidas pela extrema-direita americana e o histórico dirigente do Ku Klux Klan, David Duke, enalteceu o presidente por "dizer a verdade". De acordo com um grupo de especialistas em direitos humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), o racismo e a xenofobia estão aumentando nos Estados Unidos e os incidentes em Charlottesville são um exemplo

dessa tendência. No rastro da violência na cidade da Virgínia, redes sociais como o Facebook e o Reddit (fórum de discussão na internet) anunciaram ontem que baniriam os grupos neonazistas. O Facebook, inclusive, divulgou que excluiu oito fanpages que disseminavam discursos de ódio. Já no Twitter, o ex-presidente Barack Obama bateu o recorde máximo dessa rede social ao comentar os episódios de Charlottesville relembrando o ativista Nelson Mandela. A mensagem de Obama obteve mais de 3,2 milhões de reações positivas.

Venezuela liberta violinista que se tornou símbolo de protestos

ESPANCADO Um jovem violinista que se tornou símbolo dos protestos antigoverno na Venezuela foi libertado, ontem, depois de três semanas de detenção, informou a Procuradoria-Geral do país. Ainda não se sabe em que condições Wuilly Arteaga, de 23 anos, foi liberado, disse o recém-empossado procurador-geral Tarek Saab no Twitter, na noite de terça. Segundo ativistas, o rapaz teria sido espancado pelas autoridades na detenção. Arteaga virou um dos rostos mais conhecidos das manifestações contra o impopular presidente venezuelano, Nicolás Maduro. Ele executava

o Hino Nacional mesmo em meio a disparos de gás lacrimogêneo e balas de borracha. O músico foi deixado pela Guarda Nacional em uma praça de Caracas, disse o ativista Alfredo Romero, do grupo de direitos humanos Fórum Penal. O violinista foi espancado por agentes com seu próprio instrumento, o que prejudicou sua audição, de acordo com Romero. A Venezuela está atravessando uma crise grave, e milhões de pessoas estão sofrendo com a escassez de alimentos e remédios e uma inflação em disparada. Os protestos, que vêm abalando a nação há quatro meses, já deixaram mais de 120 mortos.

Rebelião deixa ao menos 36 detentos mortos em prisão

VENEZUELA Ao menos 36 pessoas morreram durante confrontos entre detentos e forças de segurança em uma penitenciária no sul da Venezuela, afirmou ontem Liborio Guarulla, governador opositor do Amazonas, em uma rede social. A informação foi confirmada à Associated Press por um funcionário do Ministério Público venezuelano, que não deu mais detalhes. O episódio ocorreu no Centro de Detenção Judicial do Amazonas, na capital do Estado Puerto Ayacucho, no centro-sul da Venezuela. Segundo o jornal El Nacional, seis funcionários da Polícia Nacional Bolivariana teriam ficado feridos. A Venezuela conta com cerca de 30 prisões, muitas das quais enfrentam superlotação e são dominadas por gangues ligadas ao narcotráfico e ao tráfico de armas. Não é possível afirmar se opositores do regime de Nicolás Maduro estavam entre os presos.

EUA pedem que países latinos rompam com Coreia

ALIADOS O vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, pediu, ontem, em Santiago, que Brasil, México, Chile e Peru rompam laços diplomáticos e econômicos com a Coreia do Norte a fim de aumentar o isolamento ao regime de Kim Jong-un. "Esperamos que Brasil, México, Chile e Peru se unam a nós para romper todos os laços econômicos e diplomáticos com a Coreia do Norte e, com esse isolamento, possamos chegar a uma solução pacífica na península coreana sem armas nucleares", disse Pence durante o encontro com a presidente chilena, Michelle Bachelet. Também ontem, o presidente dos EUA, Donald Trump, escreveu em sua conta no Twitter que o líder norte-coreano teve uma "atitude sábia" ao anunciar a decisão de não atacar a ilha de Guam, no Oceano Pacífico, onde os EUA têm uma base militar. "A alternativa teria sido catastrófica e inaceitável!", postou Trump.

ESPAÇO MIX

EVITE CORRERIA. GARANTA LOGO O SEU INGRESSO NO ESPAÇO MIX.

SÁBADO MEIA R\$70,00
INTEIRA R\$140,00

DOMINGO MEIA R\$80,00
INTEIRA R\$160,00

Musiconectado
16 & 17/12 NA ARENA FONTE NOVA
fv17.com.br | Balcões Ticketmix

TV BAHIA
iContent
16
FV17

Manchester Arena reabrirá em setembro

APÓS TERRORISMO A Manchester Arena, um ginásio polivalente na cidade ao norte do Reino Unido que foi alvo de um atentado terrorista em 22 de maio, vai reabrir suas portas no dia 9 de setembro com um show beneficente, anunciou ontem a empresa responsável pela Arena. No atentado morreram 22 pessoas e 64 ficaram feridas. O ginásio ficou fechado desde que um terrorista jihadista se explodiu com uma bomba

caseira nas proximidades do local há três meses, ao final de uma apresentação da cantora pop americana Ariana Grande, quando o público deixava a arena. O próximo show beneficente será liderado por artistas como Noel Gallagher, ex-integrante do grupo Oasis e natural de Manchester, e bandas como The Courteeners, Blossoms, Rick Astley e o poeta Tony Walsh. Os ingressos começam a ser vendidos hoje.



Missa de 30º Dia

A Família de Sr. Edgar Cavalcante Medrado, agradece as manifestações de carinho e convida para a Missa de 30º Dia a realizar-se em 17 de agosto de 2017, quinta-feira, às 19 horas, na Igreja da Vitória.